

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 19973.101170/2020-93

EMPRESA: CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA SEMPRE ALERTA AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA E SERVIÇOS GERAIS LTDA,

CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.783.832/0001-70, com sede Rua Tibúrcio Cavalcante, 2850, Dionísio Torres, nesta capital, CEP – 60.125-101, que ao final subscreeve, vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES ao de Recurso interposto pela empresa SEMPRE ALERTA AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA E SERVIÇOS GERAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 03.470.083/0001-70 referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 promovido pelo MINISTÉRIO DA ECONOMIA, amparada pelo Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002 e Item 11.2.3 do Edital, expondo e requerendo o seguinte:

1. DOS FATOS

A empresa CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA foi declarada vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020. Uma vez vencida, a empresa SEMPRE ALERTA AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA E SERVIÇOS GERAIS LTDA, interpôs recurso nos termos do intencionalamento apresentado nos autos.

Restará esclarecido que não merece ser acolhido as razões do recurso da empresa SEMPRE ALERTA AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA E SERVIÇOS GERAIS LTDA ora recorrente, pois a mesma não apresenta justificativas legais para as alegações a que faz menção, por isso refuta-se abaixo o recurso da empresa recorrente, comprovando que a empresa CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. cumpriu todos os termos do edital.

2. DO MÉRITO

2.1. DA VALIDADE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

A recorrente alega que a empresa vencedora apresentou documentação vencida, indicando que seriam documentos de regularidade fiscal.

Insta consignar que a sessão inicial deste torneio ocorreu dia 03/12/2020, nesta data foram apresentados e inseridos no sistema todos os documentos para a habilitação desta recorrida, dentro de sua validade.

Destaca-se, ainda, que a recorrida mantém constante atualização junto ao SICAF.

Ademais, a empresa CRIART SERVIÇOS, informa que foi apresentada documentação do sócio – administrador, portanto, cumprindo a exigência do Edital.

Portanto, descabida a alegação de inabilitação da recorrida, tendo em vista que a empresa se encontra dentro dos ditames legais e editalícios.

2.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

A recorrente alega que a classificação da empresa Criart Serviços não decorre de legalidade, tendo em vista as exigências contidas no Edital do presente Pregão Eletrônico.

Conforme podemos destacar abaixo:

“Ilustre Pregoeiro, como já foi ventilado acima, em minuciosa análise da documentação de habilitação apresentada pela empresa CRIART, declarada vencedora do presente certame, foi possível identificar uma série de vícios acerca de sua capacidade técnica, os quais deveriam ter ensejado de imediato na inabilitação desta no devido certame. ”

Diante da fundamentação apresentada pela recorrente, bem como a documentação juntada no corpo do recurso administrativo, temos que a Recorrente demonstra, tão somente a sua irresignação, haja vista que os itens apresentados a saber: 9.11.1; 9.11.1.1; 9.11.1.2 não servem de fundamento para o presente recurso.

A empresa Recorrida, contudo, informa que sua documentação de habilitação encontra em consonância com o Edital, em especial, em relação aos itens 9.11.1.4 e 9.11.1.5, que permitem a apresentação, bem como o somatório de atestados distintos para o atendimento do quantitativo de postos, ou seja, dentro do percentual de 50% dos postos licitados e do período de 03 anos, logo, em estrito respeito à Instrução Normativa 05/2017.

Ademais, acerca do argumento da incompatibilidade dos atestados em relação ao objeto licitado, a recorrida, combate o argumento com fundamento no atual entendimento do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO quanto a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade.

112. As empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não são especialistas no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e

adequar seus contratos. É cada vez mais raro firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

114. O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais. É situação muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado.

132. Dessa forma, é prudente consignar no instrumento convocatório algumas restrições à apresentação de atestados, tais como: obrigatoriedade de o licitante disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da licitude dos documentos apresentados; exigência de terem sido expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, somente aceito mediante a apresentação do contrato. É relevante, ademais, que, caso o responsável pela emissão do atestado não mais exista, o contratado apresente outros documentos, como, por exemplo, o contrato que deu suporte ao atestado, capazes de dar suporte à nova contratação. GRUPO II – CLASSE VII – Plenário - TC 006.156/2011-8

Logo, empresa Criart Serviços, apresenta para este torneio uma gama de atestados com números bem superiores de postos do grupo 11, atende perfeitamente as determinações e regras editalícias devendo, portanto, ser mantida sua condição de habilitada.

Ante o exposto, o(a) nobre pregoeiro(a) agiu corretamente ao julgar a proposta da Criart Serviços como a mais vantajosa para a Administração Pública, pois, a mesma, além de cumprir com os ditames do ato convocatório e as normas norteadoras do presente certame, ainda ofertou o menor preço.

2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA.

A recorrente alega que a classificação da empresa Criart Serviços não decorre de legalidade, tendo em vista as exigências contidas no Edital do presente Pregão Eletrônico, alega que a documentação juntada pela recorrida, não cumpre com os requisitos definidos nos itens 9.10.5.1 e 9.10.5.2 do instrumento convocatório

Salientamos, no entanto, que:

PARA O GRUPO 11 – O ESTIMADO GLOBAL É DE R\$ 59.639.669,16

Valor ANUAL Estimado GRUPO 11 – R\$ 25.559.871,12

CCL Exigido = R\$ 25.559.871,12 x 16,66% = R\$ 4.258.274,53.

Logo, o Capital Circulante Líquido da empresa CRIART SERVIÇOS - (CCL) = AC - PC = 154.132.663,37 - 115.873.465,20 = R\$ 38.259.198,17. Valor muito superior ao exigido que é de R\$ 4.258.274,53, nota-se o incontestável atendimento (item 9.10.5.1).

Ora, a recorrida apresentou documentação relativa à comprovação do Patrimônio e CCL, tudo de acordo com o Edital, devidamente apresentado em seus documentos de habilitação, a sessão inicial do torneio ocorreu dia 03/12/2020, o que torna válida para o certame a apresentação na data da abertura.

Urge destacar, que o Patrimônio Líquido da empresa CRIART SERVIÇOS R\$ 33.205.791,32 é no valor muito superior ao exigido, no valor de R\$ 2.555.987,11, nota-se o incontestável atendimento (item 9.10.5.2).

Portanto, devendo ser julgado improcedente o recurso da empresa SEMPRE ALERTA AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA E SERVIÇOS GERAIS LTDA.

3. DA PROPOSTA.

3.1. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA CRIART SERVIÇOS.

A recorrente alega que o valor mensal do contrato, após deduzidos todas as retenções obrigatórias, não será suficiente nem sequer para o pagamento da folha de pagamento e dos benefícios.

As planilhas de custos e formação de preços apresentadas pela recorrida, demonstram que estão inclusas as despesas relacionadas aos Pisos Salariais, Encargos Sociais, Benefícios Mensais e Diários, Uniformes e Tributos, portanto, os Custos Indiretos e o Lucro, são rubricas com “percentuais livres”, sendo estes utilizados, apenas para as despesas operacionais do contrato e, para a justa remuneração da empresa.

Destaca-se, as orientações da Instrução Normativa 05/2017 sobre as taxas referentes aos Custos Indiretos e ao Lucro, acostados nas planilhas de custos e formação de preços:

ANEXO I

DEFINIÇÕES

VI - CUSTOS INDIRETOS: os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas, tais como os dispêndios relativos a:

a) funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros;

b) pessoal administrativo;

c) material e equipamentos de escritório;

d) preposto; e

e) seguros.

(...);

XI - LUCRO: ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre o efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.

Portanto, partindo-se do princípio que o Percentual de Despesas Administrativas Operacionais é destinado aos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, todos os demais custos relacionados à futura contratação, foram devidamente acostados nas planilhas e, por outro lado, cabe informar que a empresa pode arcar com as despesas do Escritório em Brasília, com capacidade operacional, recursos humanos e tecnologia (telefonia, internet, mobilidade e outros), pois, quando a empresa tem intenção de angariar novos contratos naquela praça, tais custas, tornam-se INVESTIMENTO e, ao longo do tempo da execução daquele contrato, terá um “Payback” positivo.

Sobre a exequibilidade da proposta de modo em geral acrescenta-se, ainda, que de acordo com as rubricas referentes aos Custos Indiretos e ao Lucro, acostados nas planilhas de custos, cujos percentuais totalizam 2,43% (dois, vírgula quarenta e três por cento), tem-se a informar, que por posto de serviços a empresa obtém

mensalmente o valor de (R\$ 120,09 por Assistente Administrativo), (R\$ 94,90 por Recepcionista), (R\$ 200,83 por Secretário Executivo I), (R\$ 225,13 por Secretário Executivo II) e (R\$ 110,51 por Técnico em Secretariado).

Destarte, que apesar de ser uma Licitação por Registro de Preços, tem-se a certeza de que não será contratado apenas 01 (um) posto de serviços, logo, sendo a Central de Compras da Secretaria de Gestão - SEGES, uma pasta do Ministério da Economia, que jamais faria uma licitação destinada à contratação para vários outros órgãos da Administração Pública, cujo gerenciamento procedimento licitatório, está sob a sua responsabilidade, jamais promoveria uma licitação vultuosa, sem haver previsão para a contratação proporcional aos quantitativos estipulados em edital.

No que diz respeito à exequibilidade da proposta, cabe citar a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (vide Acórdão 325/2007-TCU-Plenário e Acórdão n. 3092/2014-TCU-Plenário), "dependendo da escolha da estratégia comercial, a empresa pode ser bem agressiva na proposta de preços, relegando a segundo plano o retorno do investimento considerado para o contrato. Quanto menor for a taxa percentual exigida para análise sobre o retorno do investimento, maior será a competitividade de proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário)". Dessa forma, "atuar sem margem de lucro ou com margem mínima não encontra vedação legal, depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta (Acórdão n. 3092/2014-TCU-Plenário)".

Assim, não há que se falar em proposta inexecutável, tendo em vista que todos os custos foram devidamente cotados nas planilhas, estando, portanto, livres, as rubricas relacionadas aos custos indiretos e ao lucro.

3.2. DA COTAÇÃO CORRETA DOS TRIBUTOS FEDERAIS (PIS E COFINS), SOBRE O FATURAMENTO.

Os percentuais apresentados referem-se à Média dos Referidos Tributos PIS e COFINS composta pelas (Alíquotas Efetivas) Média dos últimos 12 (doze) meses, conforme embasamento a seguir:

Em razão das disposições das Leis nºs 10.833/2003 e 10.637/2002, que normatizam as contribuições tributárias, tornam-se variáveis. As empresas optantes pelo Lucro Real, tem como alíquotas de PIS e COFINS não cumulativas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, ambas alíquotas, incidentes sobre o total da execução dos serviços.

Inclusive, o edital é bem claro quanto à cotação das alíquotas de tributos, quando for o caso, pela média das alíquotas efetivas:

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

(...);

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos.....(...);

No sentido do que expomos, cabe ainda, trazer à baila, a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

Acórdão nº 2622/2013-Plenário

Enunciado

Os editais de licitação devem estabelecer que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação.(grifo nosso)

Acórdão de Relação nº 2254/2014 – Segunda Câmara

(...)

1.7.1.2. sendo para o aumento dos quantitativos dos itens constantes da proposta do consórcio ou ainda para a inclusão de novos itens, adote o BDI ofertado na licitação, ajustado com fator redutor dos percentuais máximos de 7,60% para a Cofins e de 1,65% para o PIS, previstos para o regime não cumulativo, com base na média dos recolhimentos efetuados pelo consórcio;

Para melhor entendimento, a definição do PERCENTUAL MÁXIMO para o regime de incidência não cumulativa (Lucro Real), considera-se a totalidade dos tributos (7,60% para a COFINS e 1,65% para o PIS). Porém, as empresas não recolhem a totalidade dessas alíquotas, mas a (Média dos últimos meses), que são VARIÁVEIS em virtude dos cálculos dos tributos em questão (débitos – créditos) que sofrem mudanças, para menor ou para maior a cada mês, em razão das receitas e das despesas.

Com efeito, os licitantes devem cotar os tributos nos percentuais que a legislação e demais atos normativos lhes impõe sobre a prestação do serviço objeto da licitação, considerando a sua realidade. Bem por isso, o licitante deverá obrigatoriamente observar as alíquotas as quais ele esteja vinculado, considerando que não há padronização de custos nem de natureza jurídica ou de obrigações legais para todos os licitantes.

3.3. DA COMPETÊNCIA DE QUEM PODERÁ EMITIR PARECER CONTÁBIL SOBRE A PROPOSTA DO CONCORRENTE.

Insta consignar que a empresa recorrente não está apta para emitir parecer Contábil sobre a exequibilidade da proposta de outro licitante.

Destacando-se, portanto, que as diligências para complementar o processo, foram devidamente efetuadas em tempo hábil pela nobre pregoeira, durante a fase de aceitação das propostas.

A recorrente SEMPRE ALERTA intenciona tumultuar o procedimento licitatório, com alegações infundadas, pondo à prova a lisura do processo, em contrassenso ao que já foi comprovado pelas diligências efetuadas e que constam registrados na ata do pregão.

Por fim, urge esclarecer, que é de responsabilidade do licitante o dimensionamento dos custos envolvidos na futura contratação, inclusive, tal situação é assegurada ao proponente, por meio da Instrução Normativa 05/2017-SEGES/ME e também ratificada pelo edital deste pregão, senão vejamos:

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

(...);

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Portanto, por todo o exposto, não deve prosperar a tese da recorrente, devendo ser julgado improcedente.

4. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório está insculpido no artigo 41, da Lei 8.666/93, que determina:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente

vinculada.

Os tribunais têm decidido pela desclassificação do licitante que descumprir o art. 41 da lei 8.666/93, veja-se:

TRF-1 - REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA REOMS 119563120124013200 (TRF-1) Data de publicação: 15/09/2014 Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 1. O edital do certame dispunha expressamente (inciso IV do item 53 que deveriam os licitantes obrigatoriamente comprovar possuírem em seu quadro permanente, na data da licitação, Responsáveis Técnicos nas áreas de engenharia mecânica ou outro profissional de nível superior autorizado, devidamente registrado no CREA. Não cumprida tal exigência - à qual a Administração se acha estritamente vinculada -, resta violado o art. 41 da Lei 8.666 /93 2. Remessa oficial a que se nega provimento.

Ao comentar o art. 41 acima transcrito, o Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", ensina:

"O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública". (pág. 382).

No dizer do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo",

"Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços" (pág. 88).

Portanto, resta claro que a empresa recorrida apresentou sua proposta em consonância com o Edital do presente Pregão, assim, evidenciado que o recurso denota apenas irresignação com a derrota da recorrente, devendo ser julgado totalmente improcedente o seu Recurso.

2.3. DA NÃO VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA E DA LEGALIDADE

Após refutar todas as infundadas alegações da recorrente, é necessário destacar que o julgamento do Douto Pregoeiro, em hipótese alguma, violou os Princípios que regem o processo licitatório, principalmente o Princípio da Isonomia contido na Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) – grifo nosso

Quanto ao caso em tela, assim vem disciplinando a Lei nº 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Como no caso em tela não houve qualquer descumprimento das normas legais e/ou editalícias, não há como se falar em violação ao princípio da legalidade, tampouco da isonomia, haja vista que a empresa recorrida fora tratada como todas as outras empresas do certame em questão.

Vê-se aqui uma pífia tentativa do Recorrente de desclassificar a vencedora do certame com argumentos sem qualquer fundamentação jurídica aplicável ao caso concreto, tentando assim prejudicar não só a empresa, como também o processo licitatório em questão. Não merecendo assim prosperar os argumentos da Recorrente, por ser conta de mais lúdima justiça e por respeito aos princípios da licitação.

4. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer ao Ilustre Pregoeiro que mantenha sua decisão que declarou a CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 e julgue IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa SEMPRE ALERTA AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA E SERVIÇOS GERAIS LTDA, por ser totalmente carente de fundamentação fática/jurídica.

Nestes termos, pede deferimento.

Fortaleza, 11 de agosto de 2021.

CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA

Fechar